

LEI DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

Ordens acusam PS de tentativa de controlo

As ordens profissionais teceram grandes críticas à proposta do PS para alteração à lei-quadro das associações profissionais. Advogados, médicos e engenheiros falam em “ingerência e tentativa de controlo”.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

“Esta proposta é um ataque às ordens enquanto entidades independentes, pondo em causa o seu papel enquanto defensoras dos serviços públicos e dos cidadãos”, afirmou esta quarta-feira

o bastonário da Ordem dos Advogados. Luís Menezes Leitão falava numa conferência de imprensa conjunta convocada para comentar o projeto de lei do PS para revisão da lei-quadro das associações profissionais. Ao seu lado tinha o bastonário da Ordem dos Médicos e, por Zoom, participava também o bastonário dos Engenheiros. Foram os mais eloquentes nas críticas, mas não foram os únicos e das várias ordens surgiram reações à

proposta socialista.

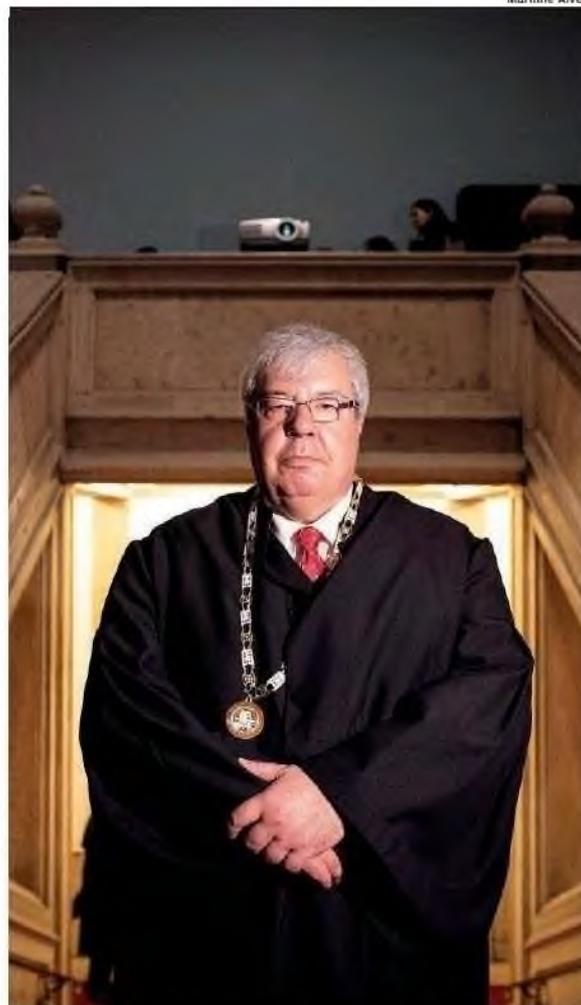
Ao início da tarde, também numa conferência de imprensa, a líder da bancada parlamentar do PS afirmava que já antecipava “resistências por parte das ordens profissionais” e defendia que esta “não deve ser uma matéria de luta na praça pública, mas sim uma forma de encontrar as melhores soluções para que as ordens possam responder aos mais jovens, mas também aos que já estão nas profissões e que encontram ainda bloqueios”. Ainda sem saber como será a reação dos restantes partidos, já que o processo apenas agora se iniciou, o PS pode já contar com uma forte contestação por parte da maioria dos destinatários da lei.

O projeto de lei socialista, recorde-se, prevê um conjunto de alterações de fundo, incluindo um órgão de supervisão com poderes reforçados e com membros externos às ordens, um provedor do cliente obrigatório ou o fim da proibição das sociedades profissionais multidisciplinares. Consagra, também, um levantamento de restrições que hoje existem, nomeadamente em matéria de estatutos profissionais. Tudo questões que obrigam a alterações aos estatutos atuais das ordens.

“É uma ingerência direta do Governo, numa ordem que se pretende independente, que trabalha em cooperação com o Governo e que não recebe nada dele”, sublinhou o bastonário dos médicos.

Menos forte no tom de crítica, mas também “preocupado” com as medidas propostas, José Carlos Resende, bastonário da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução, considera que “há alguns exageros evidentes e aspetos que merecem uma ponderação que deve ser feita com as ordens, em diálogo com elas”. No seu entender “há coisas que são difíceis de concretizar e a lei precisa de muita discussão”.

Jorge Batista da Silva, basto-



Menezes Leitão acusa o PS de “ataque às ordens”.

nário dos Notários, também teme os excessos. E defende que “sendo uma lei-quadro, atendendo à realidade tão distinta das ordens, à sua dimensão e recursos, vem criar uma série de estruturas que vão tornar mais burocrática e complexa a organização das ordens”. Por exemplo, a figura do provedor do cliente, que passa a ser obrigatório, “vem criar mais uma estrutura” numa ordem que, como a sua, os vários órgãos não são sequer remunerados, incluindo o próprio bastonário.

Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, afirma, por seu turno, que, para já, está expectante: “Estamos a acompanhar. Não nos parece que sejam mudanças que vão alterar muitos dos procedimentos da nossa ordem. Acharmos que a supervisão de uma entidade independente não era necessária, mas não estamos particularmente preocupados”.

“

Esta não deve ser uma matéria de luta na praça pública, mas sim uma forma de encontrar as melhores soluções para que as ordens profissionais possam responder aos mais jovens, e aos que já estão nas profissões e que encontram ainda bloqueios.

ANA CATARINA MENDES
Líder da bancada do PS

”